

A Critical Analysis of Participatory Master Plan Development in Small Brazilian Municipalities

Autores:

Ana Carolina Rocha de Zorzi | UFSC | aczorzi.eng@gmail.com

Carlos Antonio Oliveira Vieira | UFSC | carlos.vieira@ufsc.br

INTRODUÇÃO

- Urbanização acelerada e desigual, marcada por forte concentração socioespacial;
- O Brasil tornou-se majoritariamente urbano em menos de 40 anos;
- Cidade legal x cidade ilegal;
- Ocupação desordenada, especulação imobiliária e falta de controle territorial geram cidades desiguais;
- Ocupações irregulares, áreas frágeis e ausência de preparo técnico para soluções urbanísticas;
- Pequenos municípios também enfrentam ilegalidade urbana e dificuldades na aplicação do Estatuto da Cidade.

OBJETIVOS

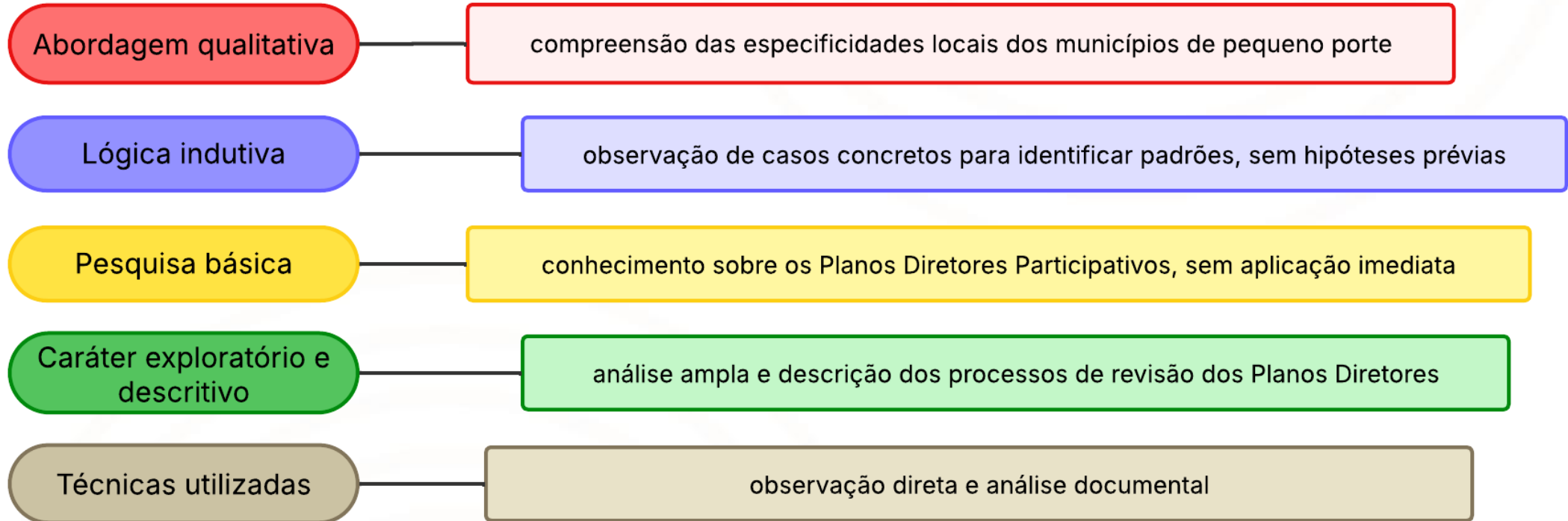
Geral:

- Analisar a revisão dos Planos Diretores Participativos em três municípios do sul de Santa Catarina, verificando sua conformidade com o Estatuto da Cidade.

Objetivos específicos da pesquisa incluem:

- Verificar a conformidade dos instrumentos urbanísticos previstos com os dispositivos do Estatuto da Cidade;
- Contextualizar os municípios estudados, destacando aspectos urbanos, institucionais e administrativos relevantes à revisão dos Planos Diretores Participativos.

METODOLOGIA E DIAGNÓSTICO



DISCUSSÃO E RESULTADOS

- Equipes externas contratadas;
- Instrumentos urbanísticos segundo o Estatuto da Cidade, mas sem leis regulamentadoras;
- Bases cartográficas com aplicação restrita a fins tributários;
- CTM demonstrou potencial estratégico para subsidiar políticas públicas e ordenamento do território;
- Ausência de equipes técnicas permanentes de planejamento urbano.

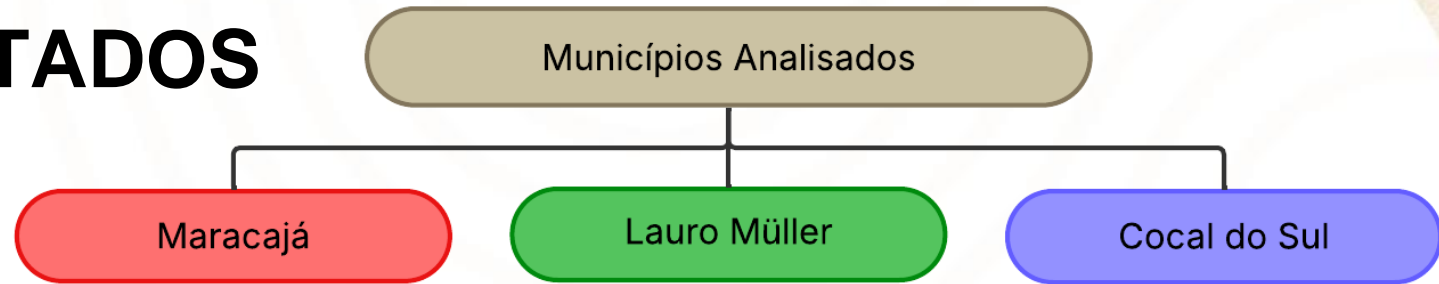
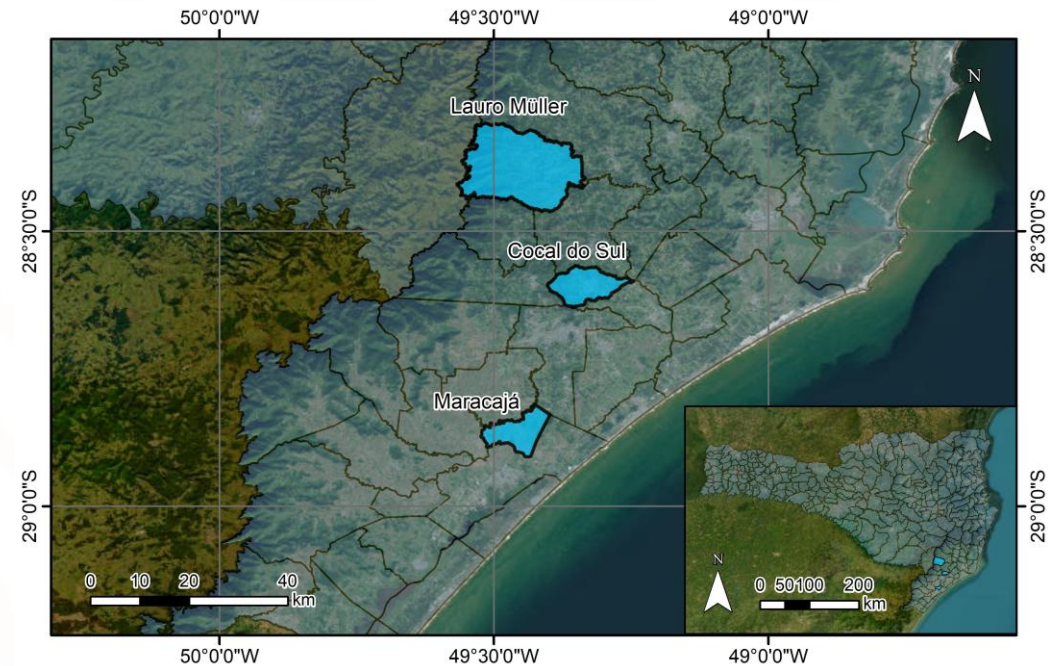


Figura 1 – Localização dos municípios analisados (Sul de SC)



Fonte: Autor (2025)

CONCLUSÕES

- Leis genéricas e pouco conectadas à realidade local;
- Instrumentos urbanísticos previstos, mas sem regulamentação efetiva;
- Falta de estrutura técnica e dependência de equipes externas;
- Estatuto da Cidade pouco adequado aos pequenos municípios.
- Necessidade de capacitação, atualização cadastral e participação popular;
- LADM (ISO 19152) uma alternativa para integrar e padronizar dados territoriais e contribuir para o planejamento dos municípios de pequeno porte;
- Plano Diretor Participativo deve evoluir de documento formal para instrumento real de gestão urbana.

AGRADECIMENTOS

Ana Carolina Rocha de Zorzi | UFSC | aczorzi.eng@gmail.com

Carlos Antonio Oliveira Vieira | UFSC | carlos.vieira@ufsc.br



execução



patrocinadores



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

